



246 7 8

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Fernando Ferreira

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Mandado de Segurança (Questão de Ordem) nº 0208711-4

Impetrante: Carlos Roberto Rodrigues Hermegildo da Silva

Impetrados: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e outro

Relator: Des. Fernando Ferreira

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO CONTRA DECISÃO DE INDEFERIMENTO DA INICIAL DE MANDADO DE SEGURANÇA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL. INTERPOSIÇÃO POR FOTOCÓPIA SEM AUTENTICAÇÃO OU ASSINATURA ORIGINAL DO CAUSÍDICO. DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE ESSENCIAL À SUA EXISTÊNCIA. RECURSO QUE SERIA INADMISSÍVEL SE EXISTENTE FOSSE.

3682

1. Considera-se inexistente, por descumprimento de formalidade essencial à sua existência, recurso interposto por fotocópia sem autenticação ou assinatura original do causídico na petição recursal.

2. Na espécie, que versa sobre recurso tirado contra decisão relatorial de indeferimento da inicial de mandado de segurança de competência originária do Tribunal, mercê de erro grosseiro o apelo interposto seria inadmissível se, antes, não devesse ser considerado inexistente. Inteligência do disposto na segunda figura do § 1º do art. 10 da Lei nº 12.016/2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança (Questão de Ordem) nº 0208711-4, julgada hoje – 19 de maio de 2010 – e em que figuram, como impetrante, Carlos Roberto Rodrigues Hermenegildo da Silva e, como impetrados, Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e outro, por unanimidade **ACORDAM** os Desembargadores do 1º Grupo de Câmaras Cíveis em acolher questão de ordem suscitada de ofício pelo relator (RITJPE, 74, II) para, de consequente, não conhecer do recurso interposto pelo impetrante, consoante relatório, voto e ementa que integram o acórdão.

Recife, 19 de maio de 2010

Des. Fernando Eduardo Ferreira
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Fernando Ferreira

247 79

1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Questão de Ordem em Mandado de Segurança nº 0208711-4

Impetrante: Carlos Roberto Rodrigues Hermegildo da Silva

Impetrados: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e outro

Relator: Des. Fernando Ferreira

PRESSUPOSTOS DA QUESTÃO DE ORDEM

1º) Lastro da suscitação (art. 74, nº II, do RITJPE)

"Art. 74. Compete ao relator, além do estabelecido na legislação processual e de organização judiciária:

[...]

II – submeter ao órgão julgador ou a seu presidente, conforme a competência, quaisquer questões de ordem relacionadas com o andamento do processo, apresentando-o em mesa para esse fim, no primeiro caso;"

2º) Premissas da suscitação ex officio

2.1. Nestes autos de mandado de segurança, requerido em 22.02.2010, a pretexto, fundamentalmente, de decadência do direito à impetração pronunciada por decisão terminativa anotada nas fls. 52/56, indeferi a inicial e extingui o processo com resolução de mérito.

2.2. Essa decisão terminativa foi publicada no órgão oficial do dia 17.03.2010, coincidente com uma quarta-feira (certidão da fl. 58).

2.3. Pelo disposto no § 1º do art. 10 da lei de regência, Lei nº 12.016/2009, do *"indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre"* (sem o destaque).

2.4. Na conformidade do diálogo entre o que está escrito, respectivamente, no art. 15 dessa lei de regência, no art. 39 da Lei nº 8.038/1990 e no art. 252 do RITJPE, era de 5 (cinco) dias, contado a partir de 17/03, o prazo para o impetrante desafiar referida decisão na via do agravo previsto na segunda figura do acima transcrito dispositivo legal; que se exauriu, destarte, na segunda-feira 22.03.2010.

2.5. Por fotocópia de petição protocolada no dia 31 daquele março, o impetrante apresentou **"RECURSO DE APELAÇÃO"**, com fundamento nos artigos 513 e seguintes do Código de Processo Civil e no prazo do art. 508 do CPC, consoante as razões anexas, requerendo, depois de verificados sua oportunidade e cabimento, seu recebimento e ulterior remessa à Superior Instância" (fl. 60, transcrição fiel).

2.6. As cópias xerográficas da peça de interposição dessa apelação e do memorial com as razões, instruídas por original apenas do respectivo preparo (fl. 67), foram encadernadas neste álbum porque inexistia no sistema de Distribuição da Casa previsão para autuação em apartado de recurso de apelação tirado contra decisão terminativa de relator em mandado de segurança de competência originária do Tribunal.

2.7. Vindo-me os autos conclusos no dia 13 deste maio, na mesma data anotei na fl. 70 este despacho:

"Os autos deste mandado de segurança foram conclusos a esta relatoria em face de cópias xerográficas, instruídas por original apenas do respectivo preparo, de (i) peça de interposição e (ii) memorial de razões de 'RECURSO DE APELAÇÃO'. Certo, ademais, que tais – mal extraídas – cópias não foram assinadas pelo ilustre patrono da parte recorrente, eis que as duas assinaturas delas constantes (fls. 60 e 66) também constituem meras reproduções.

Caso tais elementos agora encadernados tenham tido origem na utilização da sistemática de transmissão de dados para a prática de atos processuais regulada pela Lei nº 9.800/99, que não parece ser o caso, certifique-se a data da recepção (ou eventual não recebimento), no Tribunal, dos correspondentes originais.

Caso, porém, citado recurso tenha sido apresentado diretamente na Distribuição por cópias, certifique-se se, ao depois ou simultaneamente, os originais de sua peça de interposição e da petição de razões foram entregues, depositados ou protocolados na Casa.

E, por óbvio, em tendo sido esses originais aqui recebidos, dê-se hospedagem a eles nestes autos.

Corrija-se, igualmente, a duplicidade de numeração que se verifica a partir da fl. 59.

À Diretoria Cível, para imediata adoção das medidas cabíveis".

2.8. Na fl. 72, a Diretoria Cível certificou isto: "Certifico para os devidos fins, que em cumprimento ao despacho retro, não consta no sistema (JUDWIN-2ºGrau) nenhuma petição para ser juntada aos autos. O referido é verdade. Dou fé".

3º) A questão de ordem



Por tudo quando acima expus, tem o sabor do óbvio a constatação de que, se existente fosse, o recurso de apelação interposto pelo impetrante seria inadmissível, eis que não é cabível em feitos de competência originária do Tribunal, como é o caso deste mandado de segurança.

Certo, ademais, que na espécie não haveria se cogitar de homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, de modo a que a apelação, se regularmente aforada tivesse sido, fosse conhecida como agravo doméstico. Porque, segundo se sabe, para além da circunstância de que assim teria sido protocolada depois de esgotado o prazo previsto para a interposição do agravo cabível, a adoção do princípio da fungibilidade exigiria estivessem presentes no caso (i) a dúvida objetiva sobre qual o recurso cabível e (ii) a inexistência de erro grosseiro, que ocorre pela interposição de recurso errado quando o correto se encontra expressamente indicado na lei e sobre o qual não se opõe nenhuma dúvida (RSTJ 58/209; RSTJ 109/77).

Na hipótese em tela, porém, a inexistência de dúvida objetiva mercê da expressa indicação do recurso cabível deflui, cristalina, da norma posta na segunda figura do § 1º do art. 10 da Lei nº 12.016/2009, antes transcrita. Até repetitivamente, à vista do quanto está escrito no art. 39 da Lei nº 8.038/1990 (*"Da decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de relator que causar gravame à parte, caberá agravo para o órgão especial, Seção ou Turma, conforme o caso, no prazo de cinco dias"*).

É bem de ver que a respeito da inteligência dessa norma da Lei dos Recursos o Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente decidido que:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE DAS DECISÕES. [...]

1. *É cabível a interposição de agravo regimental contra qualquer decisão monocrática de relator de tribunal.*

2. *O art. 39 da Lei nº 8.038/90, que disciplina o cabimento do agravo interno contra decisão singular proferida por membro do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, deve ser aplicado, por analogia, aos demais tribunais pátrios, ainda que inexistia previsão no Regimento Interno do Tribunal de Segunda Instância. Precedentes: AgRg no Ag n. 556508/TO, de minha relatoria, DJ 30.05.2005; Ag n. 712619/PI, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 10.11.2005; Ag no Ag nº 421168/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 24.06.2002.*

[...]

4. *A lei 8.038/90 prevê, no art. 39, o direito de a parte reiterar o pedido perante o próprio colegiado. Nestes casos, cabe à parte sucumbente impugnar os fundamentos da decisão monocrática através de agravo regimental, como forma de assegurar o princípio da colegialidade, garantia fundamental do processo que visa neutralizar o individualismo das decisões.*

[...]

7. *Agravo Regimental desprovido*" (STJ-1ª T., AgRg no Ag 827242/MT, rel. Min. Luiz Fux, v.u., DJU de 01.02.2007).

Sucedee, porém, que nem dessa matéria a Corte precisa se ocupar, eis que o grosseiramente equivocado recurso aviado pelo impetrante deve ser considerado inexistente.

Com efeito, como realcei no despacho em que determinei a testificação de eventual recebimento na Casa das respectivas vias originais, dito recurso foi interposto mediante – mal extraídas – fotocópias da peça de ingresso e do memorial das razões, cópias essas não assinadas e nem autenticadas pelo ilustre patrono do impetrante, eis que as duas assinaturas delas constantes (fls. 60 e 66) também constituem meras reproduções das assinaturas postas pelo causídico alagoano nas vias originais.

Nesse contexto, invoco os seguintes precedentes da jurisprudência rigorosamente pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. FOTOCÓPIA DA PETIÇÃO SEM AUTENTICAÇÃO. REGULARIDADE FORMAL. NÃO CONHECIMENTO. ORIGINAL PROTOCOLIZADA APÓS O PRAZO LEGAL. INTIMPESTIVIDADE.

I - Segundo jurisprudência desta Eg. Corte, não preenche o requisito da regularidade formal, sendo, portanto, inexistente o recurso, a protocolização de fotocópia de petição recursal não autenticada e sem assinatura original dos causídicos.

II - É intempestivo o recurso quando a recorrente apresenta petição original após transcorrido 'in albis' o prazo legal.

III – Agravo regimental não conhecido" (STJ-4ª T., AgRg na MC 16029/SP, rel. Min. Honildo Amaral de Mello Castro, v.u., DJe de 02.02.2010).

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO POR MEIO DE FOTOCÓPIA.

- É inexistente o recurso interposto por meio de fotocópia não autenticada ou com assinatura original do procurador da parte.

- É inviável a concessão de prazo suplementar para regularização da representação processual. Precedentes.

- Agravo no agravo de instrumento não provido" (STJ-3ª T., AgRg no Ag 1014245/SP, rel. Min. Nancy Andrighi, v.u., DJe de 23.05.2008).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PETIÇÃO RECURSAL. FOTOCÓPIA, INCLUSIVE DA ASSINATURA. RECURSO INEXISTENTE. [...].

[...]

II – Conforme explicitado no acórdão embargado, segundo o princípio da consumação o recurso deve estar completo, perfeito e acabado no ato de sua interposição. Dessa forma, sendo a petição dos embargos de declaração e sua assinatura mera fotocópia, sem autenticação, o recurso deve ser considerado inexistente. Igualmente não procede o argumento de que a petição original foi trazida aos presentes por meio dos embargos ora analisados, sanando o vício, uma vez que tal juntada, sem dúvida, é intempestiva, eis que já esgotado aquele lapso recursal. Precedentes: EDcl no AgRg no AG nº 422.580/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 29/11/2004; AgRg no AgRg no AG nº 226.211/SP, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 25/10/1999 e RHC nº 2900/RS, Rel. Min. CID FLAQUER SCARTEZZINI, DJ de 27/09/1993.

III – Embargos de declaração rejeitados" (STJ-1ª T., EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 666.617/PR, rel. Min. Francisco Falcão, v.u., DJU de 28.11.2005).

4º) Conclusão

Forte nestas alongadas considerações, não conheço do recurso por descumprimento de formalidade essencial à sua existência.

É como voto em questão de ordem suscitada de ofício.



Des. Fernando Eduardo Ferreira
Relator

19/05/2010